

AFETO COMO UM LOCAL DE DISPUTA PARA CORPOS TRANS: BREVES CONSIDERAÇÕES DISCURSIVAS

Oliver França Nunes¹

Neste trabalho, buscamos analisar, em postagens selecionadas a partir da rede social Twitter, as práticas discursivas que textualizam o afeto como um local de disputa para sujeitos trans. Para tanto, mobilizamos a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso (AD) pecheuxiana, trazida ao Brasil por Eni Orlandi. Segundo Orlandi (2005, p. 10), “Ele (Pêcheux) é o fundador da Escola Francesa de Análise de Discurso que teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem”. Assim, essa corrente teórica nos possibilita ver na linguagem e através dela marcadores sociais e culturais.

Orlandi é a pioneira da linha de estudos do discurso pecheuxiana no Brasil. E para entendermos o contexto em que a teoria chega no Brasil é importante olhar para seu período histórico.

Assim, Orlandi (2016, p. 44-45) relata:

Quanto aos acontecimentos políticos, nada estava muito melhor: em 1968, dia 13 de dezembro, o AI5. Com Médici, em 1969, a censura ganha enorme forma. [...Eu era] professora na USP, dando aulas e assistindo a retirada de alunos, da sala, por militares, com metralhadoras. Sendo revistada na saída – às 22h40 – do campus da USP, sempre com metralhadoras apontadas para nosso peito. Era esta a conjuntura política em que a Análise de Discurso instalava-se no Brasil.

A conjuntura política em que a teoria da Análise de Discurso chega ao Brasil mostra como, por ser uma teórica que estuda a ideologia na linguagem, sempre foi ameaçadora para os regimes de opressão, normatividade e silenciamento, o que justifica nossa escolha teórico-metodológica para esse trabalho, num movimento que questiona sistemas de opressão.

Sobre nosso material de análise, selecionamos dois tuítes para a formação do *corpus* por meio de captura de tela (*print*) e transformamos em Sequências Discursivas (SD) a partir de nossos gestos de análise.

As SD, que foram transcritas/descritas, são as seguintes: (SD1): *É por isso que afeto é uma raridade aos **nossos corpos Trans**. Porque dar a **oportunidade** aos nossos de **se sentirem pertencentes** é algo que vai **contra toda a regra social da cisgeneridade de nos excluir**; (SD2): ***Aceitar trans ao invés de tratar a mente deles é o maior absurdo que acontece com a vida dessas pessoas**. Os números provam que **a taxa de suicídio entre trans se mantém elevadíssima (uns 50%) independente da transição**. **O problema não é ser aceito, o problema está na mente deles**.**

¹ Graduado em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

No enunciado, o sujeito da SD1, ao usar o pronome possessivo “*nossos*” ao lado de corpos trans assume uma posição de personalidade no discurso. Dessa forma, podemos entender as Condições de Produção desta SD a partir da posição de sujeito trans, afetado por atravessamentos dessa posição sujeito. Além disso, o sujeito da SD1 coloca em contrapartida do “*nossos*” a existência do outro, a cisgêneridade, que podemos pensar como:

[...] a cisgêneridade e a cisnormatividade devem estar atrelados, assim, a uma percepção crítica destes projetos coloniais como limitadores e desumanizadores de um amplo espectro de corpos, identificações e identidades de gênero não normativas, para muito além dos conceitos ocidentalizados de gênero (Vergueiro 2016, p. 48).

Desse modo, a cisgêneridade, assim como apontada na SD, causa a manutenção de regra social de exclusão do ‘*nós*’, pessoas trans, quanto ao afeto. Na mesma SD o sujeito enuncia sobre a lacuna das pessoas trans em se “*sentirem pertencentes*”. Assim, podemos pensar como como essa lacuna ao pertencimento permeia identidades que fogem da normatividade como uma falha, que para Preciado (2014, p. 41):

[...] a falha é constitutiva da máquina heterossexual. Dado que aquilo que se invoca como “real masculino” e “real feminino” não existe, toda aproximação imperfeita deve se renaturalizar em benefício do sistema, e todo acidente sistemático (homossexualidade, bissexualidade, transexualidade...) deve operar como a exceção perversa que confirma a regra da natureza.

Assim, o não pertencimento se dá de forma a manter a máquina da heterossexual (aqui pensamos também a na maquina da cisnormatividade) de tal modo que a exclusão seria usada como ressocialização, quem é excluído não é visto e não faz parte de tal grupo social, mesmo que a falha, de fato, esteja na cishetêronormatividade e a existencia de pessoas trans confirme isso.

Nessa direção, lembramos de Butler (2003, p. 137), para quem “o corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder”. Ao pensar a relação de poder do corpo trans, a cisgêneridade, enquanto sistema, funciona, via de regra, para manutenção de opressões, sendo uma delas a negação ao afeto e ao pertencimento, causando assim a exclusão do “*nós*”.

Já na SD2, fizemos um recorte sobre o uso do verbo/ação **aceitar** que pode ser colocado em contrapartida ao verbo/ação **excluir** da SD1. As duas SD se referem a um mesmo grupo, pessoas trans, porém, a SD2 não fala de um lugar de protagonismo; se fala a partir da perspectiva do outro, o que podemos interpretar a partir do conceito de não-dito, segundo o qual não há como um dizer não ser atravessado por outros dizeres que não estão materializados no enunciado (Orlandi, 2002).Desse modo, a marcação do outro pode ser lida como a de uma pessoa cisgênera atravessada pelo sistema de poder da cisnormatividade.

Ainda na SD2 o sujeito fala sobre uma taxa não oficial de suicídio de pessoas trans, na qual podemos entender a atualização de um discurso patologizante em que a transgêneridade em si é vista

como uma doença, uma vez que o sujeito enuncia “**a taxa de suicídio entre trans se mantém elevadíssima (uns 50%) independente da transição.**” ele cria uma ligação entre a transição e o suicídio de pessoas trans.

Conforme Vergueiro (2016, p. 46), “falar sobre estas diferenças de corpos e identidades de gênero sem as desumanizar, patologizar e exotificar – sem as colonizar, enfim – é um desafio significativo, particularmente na medida em que se parte de um local imerso nestas diferenças”. Desse modo, quando o sujeito da SD2 enuncia que o “**problema está na mente deles**” e que “**Aceitar trans ao invés de tratar a mente deles é o maior absurdo que acontece com a vida dessas pessoas**”, podemos, através da memória, recortando o interdiscurso, compreender que, se a aceitação é um “*absurdo*”, o contrário dela, ou seja, a exclusão, seria uma possibilidade mais palatável.

Assim, uma certa memória discursiva (re)produz sentidos atravessando o enunciado, uma vez que nós, sujeitos trans, somos historicamente situados em uma posição de marginalizados, em que a exclusão é fardo possível, se contrapondo ao afeto, que nos é negado.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COURTINE, Jean-Jacques. [1981] **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2014.
- INDURSKY, F. Memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F; MITTMANN, S; FERREIRA, M, C, L (org.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2002.
- ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005.
- ORLANDI, E. P. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2016.
- PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade um projeto virtual**. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.